É um absurdo total, mas o fato é que os nossos servidores já foram extremamente penalizados, estão sendo penalizados, e agora ainda tem essa maldita Lei nº 173, Sr. Presidente, que está tendo uma interpretação, aqui pelo estado de São Paulo, mais realista do que o rei. Ela não fala, ela não coloca que tem que ter o congelamento do quinquênio, da sexta-parte e da licença-prêmio. Então, essa interpretação é por conta governo estadual.

É isso que nós estamos contestando no nosso PLC, no projeto de lei complementar que eu apresentei, o PLC nº 32, que autoriza que o governo não siga esse tipo de interpretação, porque há brecha para isso na lei.

Inclusive, repito, o nosso PLC foi construído, foi elaborado a partir do entendimento da própria Justiça, do Tribunal de Justiça, que já concedeu várias liminares aqui no Estado, na prefeitura e no estado, levantando esse congelamento, cancelando o congelamento.

Logicamente, o governo recorre. Aí tem toda a disputa judicial, mas há bons argumentos para que esse debate seja feito aqui pela Assembleia Legislativa. Tanto é, Sr. Presidente, encerro a minha intervenção de hoje dizendo que, na semana retrasada, foi publicado um ato administrativo do Conselho Estadual de Educação concedendo a duas funcionárias do próprio Conselho de Educação a contagem de tempo para a evolução funcional, furando a Lei Complementar nº 173, e eu não critico.

A decisão do ato administrativo é a decisão correta, que nós defendemos. Porém, essa decisão tem que ser estendida a todos os servidores do estado de São Paulo. Então, por que duas servidoras do Conselho Estadual de Educação foram beneficiadas com o não congelamento desses benefícios - do quinquênio, por exemplo -, e toda a rede estadual, as nossas professoras, continua com esses benefícios congelados? Qual é a diferença?

É estranho, mas aconteceu em uma publicação do Diário Oficial que citei aqui no pronunciamento. Já pedi esclarecimentos para a Secretaria da Educação, para o Conselho Estadual de Educação, e não quero que essa medida seja revogada. Esse ato administrativo tem que ser mantido, mas tem que ser estendido a todos os servidores do estado de São Paulo, pois significa o quê? O fim do congelamento do quinquênio, da sexta-parte e da licença-prêmio.

Então, queria fazer essas considerações em relação à lei complementar citada aqui no Projeto de lei nº 679, do Executivo, que será debatido hoje. Então, defendemos a imediata revogação desses tópicos que citei da Lei nº 173.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Em discussão. Para falar a favor, a deputada Monica.

A SRA. MONICA DA MANDATA ATIVISTA - PSOL - SEM REVISÃO DO ORADOR - Hoje é dia 1º de dezembro. Faz um ano que Marcos Paulo Oliveira dos Santos, de 16 anos; Dennys Guilherme dos Santos Franco, de 16 anos; Gustavo Cruz Xavier, de 14 anos; Gabriel Rogério de Moraes, de 20 anos; Mateus dos Santos Costa, de 23 anos; Bruno Gabriel dos Santos, 22 anos; Eduardo da Silva, 21 anos; Luara Victoria Oliveira, 18 anos, perderam as suas vidas em Paraisópolis.

Familiares desses nove jovens que tiveram as vidas ceifadas durante uma noite de entretenimento naquele bairro, hoje, estiveram em marcha, em ato. Foram até o Palácio dos Bandeirantes, cobrando do estado promessas também feitas há mais de um ano, dentre elas, reparação às vítimas. Acho que esse é um tópico muito importante a ser discutido.

Infelizmente, a forma como a gente exerce a Segurança Pública no estado de São Paulo continua a ceifar vidas e a matar jovens periféricos pretos, trabalhadores, nas favelas e vielas deste estado.

Este ano, bateu o recorde de novo, assim como bateu o recorde de impunidade, porque o pacote anticrime que não tem nada de anticrime, só prevê que policiais sejam punidos e investigados se apresentarem advogados. Basta não apresentar advogado que não tem investigação.

Cobrar também o estado que prometeu melhorias a um bairro periférico que até hoje a gente não viu, promessas que Bruno Covas e Doria fizeram, como a construção do Parque Paraisópolis, como obras de canalização e de melhorias no saneamento básico - tem um esgoto correndo a céu aberto em um córrego da região -, além de uma polícia e de uma política de Segurança Pública para preservar vidas e espaços para aquela juventude poder viver.

Nada disso se cumpriu. O que se cumpriu ao longo deste ano foi uma comunidade auto-organizada através de uma vaquinha para proteger a sua população do coronavírus, lutando pela vida de novo. Quero me solidarizar com essas mães e famílias que, há um ano, perderam nove jovens que saíram para se divertir, para se entreter e não tiveram o direito à vida preservado por este estado.

Falo isso porque acredito muito que, além de ter uma segurança eficiente, que preserve a vida das pessoas e que tenha isso como prioridade, a gente precisa focar na reparação das vítimas.

Essas mães que choram até hoje a morte dos seus filhos, essas famílias ainda não tiveram reparação e assistência nenhuma do Estado, nem que seja para a preservação também da sua vida, cuidado da sua saúde mental, por exemplo. É um projeto em que a gente propõe aqui para a Assembleia Legislativa a reparação das famílias que tiveram seus familiares ceifados por violência do Estado.

Por falar em Paraisópolis, é importante a gente trazer para cá o debate que a gente vai ter no próximo período, que é o Orçamento. Se o governador Doria e o Bruno Covas não cumpriram os compromissos firmados com aquela comunidade há mais de um ano, a gente precisa falar do corte brutal no orçamento da Defensoria Pública. Para quem não sabe, a Defensoria Pública é o acesso à Justiça, gratuito, por aqueles que mais precisam.

A maior parte do trabalho da Defensoria Pública é justamente processar o estado e garantir às pessoas os seus direitos; tem também muito caso de família, proteção de crianças inclusive.

A proposta de Orçamento que o governador mandou para esta Casa inviabiliza o trabalho da Defensoria Pública, que pode não ter dinheiro para pagar a folha dos trabalhadores que lá estão este ano. É um projeto, esse Orçamento, de acabar com o acesso à Justiça gratuita no estado de São Paulo.

Para além disso, tem um outro tópico muito importante: muito se discute aqui quem é mais ou menos responsável com a Covid, se os hospitais estão cheios ou se estão vazios, se estamos ou não estamos numa segunda onda, como tratar das sequelas da Covid, qual vacina nós vamos distribuir. Só que não vai dar para tratar as sequelas da Covid, produzir e distribuir vacina sem Orçamento.

O Orçamento que o governador João Doria mandou para esta Casa também corta da Saúde, e não vai ter atendimento e distribuição de vacina sem Orçamento. O Orçamento é a síntese das escolhas políticas, e a escolha política do atual governo é pela morte da população do estado de São Paulo, porque não está prevendo que ano que vem a Saúde precisaria de um reforço orçamentário, porque vai gastar mais.

Vai gastar mais porque tem sequelas da Covid para tratar; vai gastar mais porque as pessoas não estão, devido à crise econômica, com situação financeira de pagar convênio médico, e tem mais gente usando o SUS; vai gastar mais porque precisa envasar, distribuir, fazer campanha, contratar equipe e acessar as pessoas para, de forma rápida e massiva, garantir a imunização pela vacina.

Esse corte do Orçamento vai inviabilizar, assim como já está inviabilizando em diversos locais do estado, o acesso à Saúde. Hoje as cidades de Itu e Botucatu estão em pânico diante da possibilidade do fechamento dos seus hospitais.

A OS que administrava a Santa Casa de Itu abandonou a Santa Casa, todos os servidores foram demitidos sem direito e estão na porta do hospital perguntando o que vão fazer. Combateram duramente durante a pandemia, e agora não têm resposta do estado nem da OS. A Prefeitura assume imediatamente, emergencialmente, sem dar resposta.

Botucatu é a mesma coisa: existe uma ameaça de, a qualquer momento, fechar as portas de um hospital público e demitir os servidores que minimamente respondem ao estado, num serviço conveniado com o Governo do Estado de São Paulo. A Saúde do estado de São Paulo já está pela hora da morte, já está com dificuldade de manter o seu atendimento.

Quem é usuário da Saúde pública no estado de São Paulo, que está aguardando uma cirurgia eletiva, uma consulta com especialista, que está querendo fazer teste e que não consegue: semana passada a gente assistiu aos noticiários mostrarem o pronto-atendimento da Lapa.

Pessoas confirmadas com Covid buscando internação, com sintomas graves, buscando testes, e pessoas que estavam ali procurando atendimento por qualquer outra patologia, todas juntas e aglomeradas por horas, numa recepção sem qualquer chance de atendimento ou resposta.

As escolhas são políticas, e o Orçamento reflete essas escolhas políticas. O Orçamento que veio para a Assembleia Legislativa vai inviabilizar o atendimento à saúde e precarizar ainda mais os servidores da Saúde no ano que vem. Tanto é que hoje, para discutir como é que a nossa omissão...

Espero que não haja dessa vez, espero que a gente consiga aqui recompor o orçamento da Defensoria, da Saúde, e olhar também quanto à escolha do orçamento da Segurança Pública, esta que é usada o tempo todo para ameaçar a população, para fazer publicidade, autopropaganda, mas, na hora de construir um projeto consistente, também tem corte no orçamento, também tem precarização dos trabalhadores, também não tem um plano para preservar vidas.

Eu espero que a gente consiga recompor o Orçamento, fazer uma discussão de por que tem tanto dinheiro para publicidade, para cargos de confiança e comissionados e por que falta dinheiro para áreas essenciais para atendimento da população, para a gente garantir a sobrevida das pessoas do estado de São Paulo.

Mais uma vez, antes de deixar o microfone, eu quero lamentar e me solidarizar com toda a Paraisópolis, que eu sei que ainda sofre muito as consequências e o trauma daquela fatídica noite de 1º de dezembro de 2019, mas sobretudo com os familiares das nove vítimas, já que hoje faz um ano da sua morte.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Não havendo mais oradores inscritos, está encerrada a discussão.

Em votação o projeto salvo emendas. As Sras. Deputadas e os Srs. Deputados que estiverem de acordo queiram conservar-se como se encontram. (Pausa.) Aprovado.

Em votação a emenda apresentada pelo congresso de comissões. As Sras. Deputadas e os Srs. Deputados que estiverem favoráveis queiram conservar-se como se encontram. (Pausa.) Aprovada.

Em votação as Emendas de nº 1 a 5 com parecer contrário do congresso de comissões. As Sras. Deputadas e os Srs. Deputados que forem contrários queiram conservar-se como se encontram. (Pausa.) Rejeitadas.

O SR. TEONILIO BARBA LULA - PT - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Deputado Barba.

O SR. TEONILIO BARBA LULA - PT - Para declarar voto às emendas da bancada do Partido dos Trabalhadores, pela liderança e pela bancada.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Está registrada a declaração de voto.

Item 2 - Discussão do PL 687, de 2020. Não havendo oradores inscritos, está encerrada a discussão. Em votação o projeto salvo emendas. (Pausa.) As Sras. Deputadas e os Srs. Deputados que estiverem de acordo queiram conservar-se como se encontram. Aprovado.

O SR. DOUGLAS GARCIA - PTB - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Pela ordem deputado Douglas Garcia.

O SR. DOUGLAS GARCIA - PTB - Para solicitar uma verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - É regimental o pedido de Vossa Excelência. A partir deste momento, vamos soar o sinal intermitente por quatro minutos para que as Sras. Deputadas e os Srs. Deputados que estiverem em plenário tomem conhecimento da votação que se realizará.

* * *

- É iniciada a verificação de votação.

* * *

O SR. DOUGLAS GARCIA - PTB - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Pela ordem, deputado Douglas.

O SR. DOUGLAS GARCIA - PTB - Para colocar o PTB em obstrução.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - O PTB está em obstrução.

O SR. SEBASTIÃO SANTOS - REPUBLICANOS - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Pela ordem, deputado Sebastião.

O SR. SEBASTIÃO SANTOS - REPUBLICANOS - Para colocar o Republicanos em obstrução.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - O Republicanos está em obstrução.

A SRA. JANAINA PASCHOAL - PSL - Pela ordem, presidente.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Pela ordem, deputada Janaina.

A SRA. JANAINA PASCHOAL - PSL - Para colocar o PSL em obstrução, Excelência.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - O PSL está em obstrução.

O SR. DANIEL JOSÉ - NOVO - Pela ordem, presidente.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Pela ordem, deputado Daniel José.

O SR. DANIEL JOSÉ - NOVO - Para colocar o Novo em obstrução.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - O Novo está em obstrução.

O SR. MARCIO DA FARMÁCIA - PODE - Pela ordem, presidente.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Pela ordem, deputado Marcio.

O SR. MARCIO DA FARMÁCIA - PODE - Colocar o Podemos em obstrução.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - O Podemos está em obstrução.

O SR. ANDRÉ DO PRADO - PL - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Pela ordem, deputado André do Prado.

O SR. ANDRÉ DO PRADO - PL - Colocar o PL em obstrução.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - O PL está em obstrução.

A SRA. CARLA MORANDO - PSDB - Pela ordem, presidente.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Pela ordem, deputada Carla.

A SRA. CARLA MORANDO - PSDB - Colocar o PSDB em obstrução.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - O PSDB está em obstrução.

O SR. CORONEL TELHADA - PP - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Pela ordem, deputado Coronel Telhada.

O SR. CORONEL TELHADA - PP - Para colocar o Progressistas em obstrução.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - O Progressistas está em obstrução.

O SR. JORGE CARUSO - MDB - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Pela ordem, deputado Jorge Caruso.

O SR. JORGE CARUSO - MDB - Para colocar o MDB em obstrução.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - O MDB está em obstrução.

O SR. GIL DINIZ - SEM PARTIDO - Pela ordem, presidente.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Pela ordem, deputado.

O SR. GIL DINIZ - SEM PARTIDO - Para me colocar em obstrução.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Você está se colocando em obstrução.

O SR. PAULO LULA FIORILO - PT - Com a anuência do meu líder, colocar o PT em obstrução.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Com a anuência do líder, o PT está em obstrução.

A SRA. MONICA DA MANDATA ATIVISTA - PSOL - O PSOL em obstrução.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - O PSOL está em obstrução.

O SR. ROGÉRIO NOGUEIRA - DEM - Colocar o Democratas em obstrução.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - O Democratas está em obstrução.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Neste momento, vamos abrir os microfones para os parlamentares que não conseguiram realizar os seus votos pelos terminais eletrônicos.

* * *

- É feita a verificação de votação pelo sistema eletrônico.

* * *

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Participaram deste processo de votação 40 Srs. Deputados e Sras. Deputadas, quórum insuficiente para deliberar a matéria, ficando ela aditada à Ordem do Dia, com votação adiada.

Esgotado o objeto da presente sessão, está levantada a sessão.

Boa noite a todos.

* * *

- Encerra-se a sessão às 19 horas e 46 minutos.

* * *

2 DE DEZEMBRO DE 2020
104ª SESSÃO ORDINÁRIA

Presidência: CORONEL TELHADA, MAJOR MECCA, RICARDO MELLÃO e CAUÊ MACRIS

RESUMO

PEQUENO EXPEDIENTE
1 - CORONEL TELHADA
Assume a Presidência e abre a sessão.
2 - CARLOS GIANNAZI
Exibe imagens da Escola Estadual Jardim São Bento III, que tem sofrido diversos assaltos. Exige que a Secretaria da Educação garanta a segurança escolar. Discorre sobre projeto, de sua autoria, que prevê a transformação das escolas de lata em construções de alvenaria. Alega que diversas escolas precisam de reforma. Ressalta a importância desses planos de reforma, para que ocorra um retorno seguro às aulas.
3 - MAJOR MECCA
Assume a Presidência.
4 - CORONEL TELHADA
Saúda as datas comemorativas do dia 02/12. Apresenta números referentes ao trabalho do 5° Batalhão de Polícia Rodoviária de São Paulo. Lamenta o falecimento do policial Jeferson Esmeraldino, durante assalto em Criciúma. Critica reajuste das tarifas de pedágio em diversas rodovias do Estado.
5 - CORONEL TELHADA
Assume a Presidência.
6 - MAJOR MECCA
Declara apoio ao PDL 22/20, do deputado Carlos Giannazi. Tece críticas a postura do governador João Doria sobre descontos nos proventos de aposentados e pensionistas. Ressalta as dificuldades enfrentadas pelos mesmos por conta dessas medidas. Destaca a importância dos funcionários públicos. Relata a precarização de hospitais com setores terceirizados.
7 - CARLOS GIANNAZI
Agradece o apoio do deputado Major Mecca a projeto de sua autoria. Desaprova intenção do Executivo de demolir o complexo esportivo do Ibirapuera. Comunica mobilização que deverá ocorrer no dia 06/12, em defesa do complexo.
8 - RICARDO MELLÃO
Relata problemas ocorridos em Iguape, na balsa de travessia para Jureia. Cobra providências do Poder Público para sanar a situação.
9 - RICARDO MELLÃO
Assume a Presidência.
10 - CORONEL TELHADA
Reprova a possível demolição do complexo esportivo do Ibirapuera. Opõe-se a decreto que alterou a composição do Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo. Tece críticas ao governo estadual.
11 - CORONEL TELHADA
Assume a Presidência.
12 - MAJOR MECCA
Exibe vídeo de base da Polícia Militar alagada. Critica o governador João Doria. Lamenta as condições de trabalho dos agentes da Segurança no Estado. Afirma que, muitas vezes, os reparos feitos nos quartéis são realizados com dinheiro dos próprios policiais.
13 - PRESIDENTE CORONEL TELHADA
Presta apoio à fala do deputado Major Mecca.
14 - CARLOS GIANNAZI
Reprova o retorno à fase amarela da quarentena somente após o segundo turno das eleições municipais. Comenta o aumento das tarifas de pedágio no Estado. Tece críticas ao governador João Doria e ao presidente Jair Bolsonaro.
15 - CARLOS GIANNAZI
Solicita a suspensão dos trabalhos até as 16 horas e 30 minutos, por acordo de lideranças.
16 - PRESIDENTE CORONEL TELHADA
Defere o pedido e suspende a sessão às 15h32min.
ORDEM DO DIA
17 - PRESIDENTE CAUÊ MACRIS
Reabre a sessão às 16h35min. Coloca em votação e declara aprovados requerimentos de urgência aos PLs 1198/15; 581/16; 413/19; 1032/19; e 361/20. Convoca os Srs. Deputados para uma sessão extraordinária, a realizar-se hoje. Coloca em votação e declara aprovado requerimento de alteração da Ordem do Dia, para que o item 2 conste como primeiro, renumerando-se os demais itens. Encerra a discussão, coloca em votação e declara aprovado o PL 687/20, salvo emendas. Coloca em votação e declara aprovadas as emendas nºs 1 a 4. Coloca em votação as demais emendas.
18 - DOUGLAS GARCIA
Solicita uma verificação de votação.
19 - PRESIDENTE CAUÊ MACRIS
Defere o pedido. Determina que seja feita a verificação de votação, pelo sistema eletrônico.
20 - DOUGLAS GARCIA
Declara o voto contrário às emendas aprovadas. Declara a obstrução do PTB ao processo de votação.
21 - TEONILIO BARBA LULA
Declara a obstrução do PT ao processo de votação.
22 - ADRIANA BORGO
Declara a obstrução do PROS ao processo de votação.
23 - JANAINA PASCHOAL
Declara a obstrução do PSL ao processo de votação.
24 - DELEGADO OLIM
Declara a obstrução do PP ao processo de votação.
25 - BRUNO GANEM
Declara a obstrução do Podemos ao processo de votação.
26 - GIL DINIZ
Para questão de ordem, questiona a pauta da primeira sessão extraordinária de hoje.
27 - PRESIDENTE CAUÊ MACRIS
Explica que foi solicitada a inversão da Ordem do Dia, sendo o item 1 o projeto pautado para a sessão extraordinária. Esclarece que o projeto já foi aprovado, restando somente as demais emendas ao mesmo.
28 - GIL DINIZ
Pede esclarecimentos para a aprovação das emendas ao PL 687/20.
29 - PRESIDENTE CAUÊ MACRIS
Esclarece a dúvida do deputado Gil Diniz.
30 - MONICA DA MANDATA ATIVISTA
Declara a obstrução do PSOL ao processo de votação.
31 - SEBASTIÃO SANTOS
Declara a obstrução do Republicanos ao processo de votação.
32 - ANDRÉ DO PRADO
Declara a obstrução do PL ao processo de votação.
33 - CARLA MORANDO
Declara a obstrução do PSDB ao processo de votação.
34 - GILMACI SANTOS
Para questão de ordem, questiona a pauta da atual votação.
35 - PRESIDENTE CAUÊ MACRIS
Esclarece o questionamento do deputado Gilmaci Santos.
36 - GIL DINIZ
Declara a sua obstrução ao processo de votação.
37 - RICARDO MELLÃO
Declara a obstrução do Novo ao processo de votação.
38 - ALEX DE MADUREIRA
Declara a obstrução do PSD ao processo de votação.
39 - PRESIDENTE CAUÊ MACRIS
Anuncia o resultado da verificação de votação, que não atinge número regimental para a deliberação da matéria, que ficou adiada.
40 - DOUGLAS GARCIA
Para questão de ordem, questiona como a não aprovação das emendas impacta no projeto. Pergunta se é possível publicar o projeto, mesmo que as emendas não tenham sido aprovadas.
41 - PRESIDENTE CAUÊ MACRIS
Informa que a não aprovação das emendas não impacta o projeto e que o mesmo pode ser publicado sem as emendas. Convoca as Comissões de: Infraestrutura e Finanças, Orçamento e Planejamento, para uma reunião conjunta, a realizar-se hoje, às 17 horas e 15 minutos; Finanças, Orçamento e Planejamento, para uma reunião extraordinária, a realizar-se um minuto após o término da última reunião; Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, da Cidadania, da Participação e das Questões Sociais e Finanças, Orçamento e Planejamento, para uma reunião conjunta, a realizar-se hoje, um minuto após o término da reunião anterior; Constituição, Justiça e Redação, Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, da Cidadania, da Participação e das Questões Sociais e Finanças, Orçamento e Planejamento, para uma reunião conjunta, a realizar-se hoje, um minuto após o término da sessão anterior; Educação e Cultura e Finanças, Orçamento e Planejamento, para uma reunião conjunta, a realizar-se hoje, um minuto após o término da reunião anterior; e Constituição, Justiça e Redação, Saúde e Finanças, Orçamento e Planejamento, para uma reunião conjunta, a realizar-se hoje, um minuto após o término da reunião anterior.
42 - TEONILIO BARBA LULA
Para comunicação, questiona se a pauta a ser discutida nas reuniões de comissões será a aprovação dos projetos de deputados discutidos anteriormente. Pergunta se o link de participação nas reuniões já foi enviado aos deputados.
43 - PRESIDENTE CAUÊ MACRIS
Esclarece as dúvidas do deputado Teonilio Barba Lula.
44 - TEONILIO BARBA LULA
Solicita o levantamento da sessão, por acordo de lideranças.
45 - PRESIDENTE CAUÊ MACRIS
Anota o pedido.
46 - CARLOS GIANNAZI
Para comunicação, pede que a reforma administrativa para esta Casa seja amplamente debatida na Comissão de Administração Pública e Relações do Trabalho. Solicita que seja realizada uma audiência pública com a participação de entidades de servidores. Lembra que a reforma é polêmica, e que não houve a participação dos servidores na sua elaboração.
47 - PRESIDENTE CAUÊ MACRIS
Esclarece que todo o debate será feito. Afirma que as entidades de servidores irão debater a reforma com o deputado Enio Tatto, um dos autores da proposta. Diz que a reforma será debatida em momento oportuno.
48 - CARLOS CEZAR
Para comunicação, solicita a prorrogação da sessão por um minuto. Parabeniza a primeira mulher eleita prefeita em Bauru, Suéllen Rosim. Destaca sua brilhante carreira como jornalista. Considera Bauru uma cidade extremamente importante no Estado. Diz ter sido uma eleição difícil. Lamenta as agressões racistas, sofridas pela prefeita eleita. Pede que os responsáveis sejam punidos.
49 - SARGENTO NERI
Solicita a prorrogação da sessão por um minuto.
50 - PRESIDENTE CAUÊ MACRIS
Coloca em votação e declara aprovada a prorrogação da sessão por um minuto. Defere o pedido do deputado Teonilio Barba Lula. Convoca os Srs. Deputados para a sessão ordinária de amanhã, à hora regimental, com Ordem do Dia. Lembra a realização da sessão extraordinária, a realizar-se hoje às 19 horas. Levanta a sessão.

* * *

- Assume a Presidência e abre a sessão o Sr. Coronel Telhada.

* * *

- Passa-se ao

PEQUENO EXPEDIENTE

* * *

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PP - Srs. Deputados, Sras. Deputadas, sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos. Esta Presidência dispensa a leitura da Ata